

TENSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DAS HISTÓRIAS INDÍGENAS NO MUSEU

Louise Prado Alfonso ¹

Márcia Lika Hattori ²

RESUMO:

O artigo busca, a partir das narrativas expográficas das exposições de curta e longa duração do Museu Histórico e Arqueológico de Lins, refletir sobre as formas de representação dos grupos indígenas em instituições culturais locais e seus desdobramentos nas comunidades indígenas e no próprio município de Lins.

PALAVRAS-CHAVE:

Museu, Comunidades Indígenas, exposições, representação, participação.

ABSTRACT:

This article aims, based on narratives of short and long time exhibitions of Historical and Archaeological Museum of Lins, reflect on the forms of representation of indigenous groups in local cultural institutions and its development in indigenous communities and in the city of Lins.

KEYWORDS:

Museum, indigenous communities, exhibits, representation, participation.

¹ Pós doutoranda no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, pesquisadora do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LAMINA - UFPEL, do Núcleo de Etnologia Ameríndia – NETA – UFPEL e Coordenadora Adjunta do Museu Arqueológico e Antropológico da UFPEL – MUARAN, em fase de implantação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, consultora nos trabalhos de buscas e tentativas de identificação de desaparecidos políticos no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre as diferentes narrativas relacionadas às comunidades indígenas por nós observadas em Lins – SP, durante o processo de implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins – MHA de Lins. A proposta se deu, pois verificamos que as diferentes narrativas sobre estas comunidades traziam os indígenas como coadjuvantes, participantes quase invisíveis na história do município. Esta percepção contribuiu para que pensássemos estratégias de alteração desta imagem não apenas nas narrativas que seriam apresentadas nas primeiras exposições do MHA de Lins, mas também na relação população indígena, museus e município.

Para tanto, partimos da perspectiva da Sociomuseologia, ao compreender o museu enquanto agente e produto de transformação social, política e cultural no território em que atua. Por outro lado, a mudança não se dá sem tensões ou conflitos. Os museus enquanto espaços públicos que constroem representações sociais têm sido crescentemente problematizados como terrenos contestados, com regimes particulares de poder e cujos significados produzidos e comunicados, não só podem, como devem ser questionados (DUARTE, 2013). Tais debates contribuíram para reflexão do conceito de museu, proporcionando os mecanismos necessários para a introdução de novas variações, em particular no que diz respeito à natureza das coleções, às modalidades de representação cultural, ao papel dos públicos e visitantes e à sua própria identidade e missão institucional (ANICO, 2005). Assim, são as variações, as tensões e seus desdobramentos que nos propomos a analisar tendo o município de Lins, como objeto de reflexão.

Lins está localizado no noroeste do estado de São Paulo e possui população estimada em 75 mil habitantes¹. Trata-se do município mais populoso da microrregião, constituindo-se como um importante polo de serviços, cultura e educação. Entre as diferentes instituições culturais municipais existentes até 2012 citamos: o Centro Histórico de Lins, localizado no arquivo público municipal com diferentes coleções relacionadas à história do município, a Casa de Cultura Nicolau Zarvos, onde são realizadas diferentes atividades como saraus, shows, lançamentos de livros e antes de 2012, local de diferentes exposições. Por fim o município ainda contava com o Museu Histórico da Comunidade Nipo-Brasileira de Lins, inaugurado em 2002 cujo acervo é formado por quase 500 objetos relacionados a instrumentos de trabalho do campo, objetos de cozinha, documentos, roupas, fotos, jogos, brinquedos e instrumentos musicais, entre outros.

Sobre este museu,

(...) se destaca a valorização do trabalho, base para a construção das colônias japonesas no noroeste paulista. Não obstante, itens associados ao lazer, como a músicas, esportes e jogos, também foram musealizados, revelando aspectos importantes do cotidiano desse grupo (Fundação Araporã, 2012).

Importante destacar que nestas instituições predomina o imaginário da cidade dos coronéis, da terra “desconhecida” e posteriormente ocupada com maior intensidade com a chegada dos imigrantes japoneses, gregos, italianos, espanhóis entre outros, o que marca profundamente o imaginário da cidade. Os principais logradouros da cidade apontam para diferentes imigrantes e antigos

¹ Segundo dados do IBGE, 2013.

presidentes da república. Marcos monumentais são encontrados relacionados ao centenário da imigração japonesa, a elementos da história ferroviária e aos diferentes templos – budista, ortodoxo, católico, entre outros.

Isso se materializa em um dos espaços que tem como proposta apresentar a história do município. Localizado no Arquivo Público, na rua Oswaldo Cruz, está o Centro Histórico de Lins cujos objetos apresentados remetem a história da chegada da ferrovia e a participação de moradores locais na Revolução Constitucionalista de 1932. Interessa neste artigo destacar o papel coadjuvante da arqueologia na representação da história do município assim como nas coleções observadas. Uma vez que a “história oficial” da cidade começa com os coronéis e a chegada da ferrovia Noroeste, os vestígios arqueológicos ficam associados ao que deveria ser esquecido, ou lembrado como reflexo de um passado distante, conforme aponta Wichers (2012) em análise sobre os Museus Histórico Pedagógicos do interior de São Paulo. Embora o centro Histórico não venha dessa política, reflete o modelo proposto pelo mesmo.

No histórico do município, ressalta-se sempre o “vazio” demográfico reforçado pelos termos - **“terra virgem” “mata fechada” “sertão”**. Os poucos indígenas são retratados como um só grupo e apenas como parte de uma trilha, sendo desconsiderada a diversidade de etnias que ali viviam, a densidade populacional e os modos de vida, como segue no excerto abaixo.

Iniciava-se o século XX, no local, onde tudo era sertão, a terra virgem, a mata fechada, a flora e fauna ricas em espécies, corria manso e sereno, com suas águas cristalinas, um córrego denominado 'Brumadinho' (muitos assim o chamavam), posteriormente - chamado 'Douradinho' e finalmente 'Campestre'. Lins nascia com o nome de Douradinho (Brumadinho), Campestre, Santo Antonio do Campestre; depois Albuquerque Lins e finalmente Lins.

Lins surgiu no cruzamento de uma trilha de índios localizada nas proximidades dos Rios Tietê e Dourado e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. As paralelas cintilantes que eram os trilhos da Estrada de Ferro, chegavam por estes lados trazendo os homens e suas gentes cortando as matas com seu destino já traçado pelo Marechal Rondon, rumo ao Mato Grosso.

(...) De elevado espírito religioso, tratavam desde logo os primitivos moradores, dentre aos quais destacamos: Cel. Manoel Francisco Ribeiro, Cap. Joaquim Carlos Ribeiro, Manoel Lourenço Ribeiro, Francisco José Ribeiro, José Noronha Ribeiro, Cel. Joaquim Toledo Piza e Almeida, Francisco Téofilo de Andrade, Frederico M. Costa, Amâncio Nogueira, José do Rego, Francisco Veloso Martins, Cel. João Pedro de Carvalho Júnior, Joaquim de Godoy, Fortunato Hena, Joaquim Barbosa de Moraes, Amâncio de Assis Nogueira, Egidio Galleti, Domingos de Matos Guedes, Antonio Marques Castanheira, Dona Amélia Marques Castanheira (primeira parteira de Lins), Antonio Seabra (primeiro professor), etc. A fé e o espírito daqueles primórdios, os bandeirantes desta terra, resultou no surgimento de um aglomerado de toscas casas, a maioria de pau-a-pique, cobertas de zinco ou da própria vegetação local, ao redor da Estação de Campestre.

Histórico de Lins²

2 CAMARA DE LINS, 2014. Disponível em <http://www.camaralins.sp.gov.br/cidade/breve-historico> .Acessado dia 05/10/2014.

Os “primeiros” moradores retratados são coronéis e capitães, nomes de uma pequena elite local constituída. Temos ainda uma gama de iniciadores: a primeira parteira, o primeiro professor, o primeiro prefeito, cujo registro e representação em espaços como o Centro Histórico de Lins, constrói uma memória fundadora. Inauguradores daquilo que já havia sido inaugurado pelos grupos indígenas.

A posição desse protagonismo dá mostras do quanto coronéis, grandes proprietários de terras se apropriaram do poder local seja ele político, econômico ou cultural, representação da história de um território cuja diversidade foi intensamente maior conforme as pesquisas arqueológicas, a tradição oral dos grupos indígenas e a memória coletiva. É apenas nos últimos anos que a historiografia local tem questionado essa perspectiva a partir dos trabalhos de História Oral realizados por Sueli Tabian (2005).

Conforme apontam autores como Wichers (2012) e Misan (2008) muitos dos acervos dessas instituições do interior paulista representaram o universo das elites locais, marcadas pela priorização do universo da burguesia e a exclusão das demais esferas da comunidade da cidade como a de negros, indígenas, caipiras, migrantes entre outros.

É a partir desse contexto em que, pouco ou praticamente não se incluía a história das populações indígenas na história do município de Lins que, quando iniciamos o processo de implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins, a proposta era questionar e trazer outra visão para a nova instituição cuja sede está na antiga estação ferroviária Albuquerque Lins. É importante destacar que essa proposta também se relacionava ao fato do interesse municipal de repatriar a coleção arqueológica e etnográfica Kiju Sakai, que tem, parte do seu acervo, inúmeros artefatos relacionados a história Kaingang em Lins, a partir das escavações de estruturas funerárias do final do século XIX, início do XX, realizadas por Kiju Sakai na região entre Lins e Promissão.

O MHA de Lins e sua parceria com a Terra Indígena Icatu

O Museu Histórico e Arqueológico de Lins foi inaugurado em agosto de 2012. Sua abertura oficial, composta por uma grande festa de inauguração que envolveu a apresentação de diferentes grupos formadores da comunidade do município, foi organizada de forma não a comemorar o início de uma instituição cultural, mas sim, de celebrar mais de quatro anos de trabalho contínuo junto à comunidade de Lins e região.

Os esforços para a implantação de um museu foram iniciados a partir dos resultados da avaliação da Exposição Arqueológica Kiju Sakai realizada pelo poder público no município no ano de 2007, em parceria com a Fundação Araporã, durante as comemorações do centenário da imigração japonesa para a região. A Exposição possibilitou a identificação de uma grande demanda por um museu no município e pela repatriação da coleção arqueológica formada pelo pesquisador japonês, então sob guarda da Universidade de São Paulo.

Todo o processo de implantação do MHA de Lins envolveu ações educativas que possibilitaram que museu fosse planejado e implantado de forma participativa, onde as comunidades de Lins e região participaram profundamente não apenas na elaboração do plano museológico da instituição³, como também

3 A elaboração do Plano Museológico foi coordenada pela museóloga Camila Moraes Wichers.

na idealização e concepção das primeiras exposições do museu. Dentre os diferentes grupos destacamos aqui a comunidade japonesa, a T.I. Icatu, os familiares de ex ferroviários, alunos e professores da rede municipal, trabalhadores rurais e descendentes de imigrantes gregos.

A proposta museológica foi pautada nos preceitos da Sociomuseologia, que segundo Moutinho (2007: 1) trata-se de uma disciplina com enfoque interdisciplinar que pretende 1) a valorização e proteção dos bens patrimoniais e de questões relacionadas ao desenvolvimento e à cultura como elementos de “uma responsabilidade Social”; 2) a mudança, pois as sociedades se transformam constantemente e os museus devem se inserir neste processo, em especial como motivadores de transformações; 3) os museus como propostas multidisciplinares, formação e qualificação profissional diferenciada que vão além das formações técnicas (2007: 1-3). Essa nova percepção tem trazido uma gama de reflexões sobre métodos e objetivos que, procuram compreender os museus como espaços propícios para novas práticas museológicas, sendo estas, voltadas para “o desenvolvimento da humanidade” (2007: 3). Isto a partir do diálogo e de reflexões sobre o contexto onde a instituição encontra-se inserida.

Esta proposta museológica possibilitou que o MHA de Lins voltasse seus esforços para que a instituição pudesse vir a desempenhar um papel “libertador das forças criativas da sociedade, para a qual o patrimônio não é apenas um objeto de contemplação, mas, antes de tudo, uma fonte maior de desenvolvimento” (Varine 1995: 19). Esta nova maneira de pensar os museus tem favorecido a inserção de diferentes grupos sociais nas narrativas e na prática museológica por trazer as memórias ou culturas marginalizadas para um debate sobre sua inserção em um discurso oficial. Assim, o esforço não está apenas voltado para a atração de novos públicos para os Museus, mas buscar ações que favoreçam que “o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto poderia ser utilizado inventado e reinventado com liberdade, pelos mais diferentes atores sociais” (Chagas *in* Alfonso 2012).

Este processo se faz distinto em cada contexto, em cada localidade, pois se adapta “à interação complexa dos fatores e de múltiplos parceiros, segundo as configurações cada vez mais diferentes, e mesmo evolutivas, para se adaptar às mudanças endógenas e exógenas” (Varine-Bohan *in* Alfonso 2012). Assim, os museus podem passar a ser fortes referências para as comunidades, favorecendo ações de desenvolvimento global e sustentável.

Dentro de tais pressupostos, o processo de implantação do MHA de Lins possibilitou que o museu fosse pensado junto à comunidade segundo o seguinte conceito gerador museológico:

O noroeste paulista como território de negociação cultural entre diversos agentes, grupos e segmentos sociais, no passado e presente, a partir das diferentes referências culturais, patrimoniais, narrativas e memórias. Espaço de diálogo, mas também de conflito. (Fundação Araporã 2012)

A Missão Institucional do MHA de Lins foi definida pelos diferentes grupos como:

um espaço democrático de preservação do patrimônio cultural de Lins e região, lugar de vivência e de encontro de diferentes grupos. Tem como premissa o trabalho participativo, envolvendo segmentos sociais diversos. Para isso, desenvolve pesquisas em Arqueologia, História, Antropologia,

Museologia e áreas afins, destacando a diversidade cultural regional, suas memórias e histórias. Objetiva-se a construção de um espaço educativo, interativo, dinâmico e crítico, fomentando o uso sustentável do patrimônio e o desenvolvimento regional, com especial atenção ao turismo (Fundação Araporã 2012).

O espaço selecionado pela prefeitura para sediar o museu foi a antiga estação ferroviária Albuquerque Lins conforme apresentamos anteriormente. Construir um museu em uma estação ferroviária tem se tornado corriqueiro no Brasil. Porém, pouco se tem pensado no papel destas instituições como questionadoras de um passado e um presente relacionados a projetos desenvolvimentistas e seus impactos junto às populações que vivem no entorno das obras. Os coordenadores do projeto de implantação do MHA de Lins consideraram que seria um compromisso da instituição valorizar “enfoques patrimoniais que têm sido pouco abordados, ou mesmo desprezados” pelos museus, em especial, aqueles “vinculados aos nossos traumas e fracassos” (Bruno in Fundação Araporã 2011: 13), como seria o caso do massacre das populações Kaingang ocorrido durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) no início do século XX. Rede ferroviária esta, da qual fazia parte a estação ferroviária de Lins.

A construção da estrada de ferro gerou muitos conflitos e embates com os grupos indígenas que viviam nos locais impactados, a região de Lins foi crucial para o governo da época na tentativa de minimizar os conflitos por meio de um discurso de “pacificação”, que na verdade objetivava a retirada dos indígenas das áreas de interesse da ferrovia. Assim, o primeiro aldeamento do SPI formado dentro dessa política foi realizado entre Lins e Promissão, no Ribeirão dos Patos. Por questões fundiárias e interesses dos fazendeiros da região pelas terras do aldeamento, este foi desfeito a população indígena foi transferida para duas terras indígenas: T. I. Icatu, hoje localizada no município de Braúna, e T. I. Vanuíre, localizada no município de Arco-Íris (Rodrigues 2007: 58).

O envolvimento da comunidade indígena com o museu, simbolicamente, poderia trazer essas comunidades à região como agentes ativos, dando voz às comunidades indígenas, pois durante muito tempo tiveram sua história contada “por outros” em uma perspectiva etnocêntrica (Fundação Araporã 2011). Assim, uma vez que havia a ideia de que o museu deveria ser idealizado e planejado de maneira participativa, surgiu a possibilidade de dialogar com a Terra Indígena Icatu.

O primeiro contato com as lideranças da T.I. Icatu possibilitou que pudessemos pensar ações e metodologias de aproximação daquela comunidade à proposta do Museu. Foi decidido que seria construído no museu espaço que representaria as comunidades indígenas no museu e que seria realizado um trabalho de educação patrimonial junto à escola indígena Índia Maria Rosa. Cabe destacar que esta foi a única exigência por parte das lideranças. Também foi iniciada uma parceria do MHA de Lins para venda de artesanato indígena na loja do museu.

Assim, iniciou-se um trabalho junto às lideranças kaingang e terena da T.I. Icatu para discutir como seria a autorrepresentação da comunidade na área externa do museu. Foi realizada uma visita técnica às obras do MHA de Lins, foram realizados estudos de exemplos de outras iniciativas de museus brasileiros quanto à autorrepresentação de populações indígenas. As lideranças decidiram

construir uma casa pautada em uma experiência desenvolvida no Museu do Índio no Rio de Janeiro e um projeto realizado pelo laboratório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU – USP).

O projeto arquitetônico foi pensado a partir de uma gama de reuniões que envolveram uma apresentação do arqueólogo Robson Rodrigues de imagens de modelos de casas relacionadas aos antigos habitantes da região segundo fontes arqueológicas, discussões sobre imagens das primeiras casas construídas na T. I. e das casas atuais. As reuniões resultaram na escolha de um modelo de casa circular representada no artesanato da T. I. Vanuíre pois esta não representaria diretamente os kaingang nem os terena e seriam reconhecidas pelos não indígenas como casa indígena, diferentemente se tivessem reproduzido no espaço uma casa atual da aldeia, feita de alvenaria. A casa foi construída em 2011 pelas lideranças de Icatu, com o auxílio de alguns de moradores da aldeia Ekeró da T. I. Araribá.

Durante a construção da casa, foi realizada pela prefeitura, que documentou todo o processo de construção, uma entrevista com as lideranças de Icatu responsáveis pela obra: o Sr. Ranulfo, então representante da FUNAI, e Sr. Candido, pajé terena. As lideranças apenas realizaram a filmagem após as pesquisadoras irem até a T.I. para buscar seus cocares e colares, pois estes consideraram que esses elementos se fazem de extrema importância para que o não indígena os reconheça como indígenas. Suas falas foram pautadas na necessidade de preservação da cultura indígena, sobre as possibilidades de atuação conjunta com o Museu e na importância da ampliação da área da T.I. por processo de demarcação. Cabe destacar aqui que logo após sua finalização, moradores de uma comunidade do entorno do museu, que seria deslocada com a construção da nova entrada da instituição, colocaram fogo na casa e esta teve que ser reconstruída para a inauguração. Para nós, a tensão sobre a representação no museu pareceu evidente pela escolha de um grupo, o indígena e não outro, como o de jovens em situação de risco, que viviam em uma ocupação próxima ao museu.

As ações junto à Escola indígena Índia Maria Rosa da comunidade Icatu tiveram início em fevereiro de 2011. Em uma primeira reunião foi apresentada a proposta do museu e a intenção de desenvolver ações que contribuíssem para os projetos que a escola já vinha desenvolvendo. Os professores apresentaram um projeto voltado para o “levantamento da memória sobre as culturas indígenas kaingang e terena” (Fundação Araporã 2011b). Os docentes enfatizaram que para compreender como o museu poderia contribuir com o projeto, precisariam entender o conceito de museu (Alfonso 2012).

A partir da primeira reunião foram enviados diferentes textos para os docentes sobre museus, Museologia, a questão indígena em museus brasileiros e sobre Educação Patrimonial. Estudos de caso como o da rede de Museus do Ceará, alguns desenvolvidos pelo Museu do Índio do Rio de Janeiro e do Museu Maguta no Amazonas possibilitaram que os professores tivessem um novo olhar para as instituições museológicas, não as compreendendo mais como algo estático, reprodutoras de narrativas não indígenas, mas como espaços de transformação social, preservação e inclusão. Assim, foi fortalecida a parceria da escola com o MHA de Lins e foram realizadas diferentes ações voltadas para contribuir com os projetos da escola.

Em 2012 foi iniciado o processo de elaboração das primeiras exposições do Museu. As exposições foram pensadas de forma participativa, elaboradas pelos diferentes grupos já parceiro do museu. Optamos por uma expografia de perguntas, onde passado e presente pudessem ser confrontados a todo o instante (Fundação Araporã 2012). Em sua inauguração, o museu apresentou três exposições: uma na área externa do Museu, da qual fez parte a casa indígena; uma exposição de longa duração denominada “Museu, território da vida, palco da diversidade”, pensada em temáticas como trabalho, alimentação, território, religiosidade, entre outros, que possibilitam uma reflexão sobre o cotidiano dos diferentes grupos e, uma de curta duração cujo título “Nós por nós mesmos”, pois possibilitava um espaço específico para que cada grupo se auto representasse.

A exposição na área externa do Museu procurou abordar os diferentes usos do prédio da antiga estação, apresentou uma casa de madeira representativa dos antigos moradores da área rural de Lins e a casa indígena. A casa indígena foi acompanhada de um painel com texto elaborado em parceria entre os pesquisadores e as lideranças indígenas. O painel foi intitulado “Casa indígena – Habitação e história: ontem e hoje”, o texto do painel segue abaixo:

Esta casa foi pensada e construída pela comunidade indígena de Icatu, localizada a 12 km da cidade de Braúna, na região de Penápolis, com o auxílio da comunidade da aldeia Ekeroá da Terra indígena Araribá.

Há vários séculos os kaingang habitam as regiões sudeste e sul do Brasil e, os registros arqueológicos e históricos apontam para uma longa ocupação na região de Lins.

Na história desse grupo, mudanças nas formas de organização e de habitação são frequentes. Hoje, vivem em casas de alvenaria, o que não significa que esses grupos não mantenham características específicas na organização do espaço da aldeia.

A construção da casa indígena no museu tornou-se importante, pois simbolicamente, traz de volta à cidade de Lins os antigos moradores que foram expulsos e mortos devido à expansão da ferrovia Noroeste e das frentes de ocupação do oeste paulista.

Já pensou qual a situação dos grupos indígenas hoje?

O processo de planejamento e construção da casa possibilita a autorrepresentação da comunidade indígena. Assim, depois de vários encontros e discussões, os próprios indígenas definiram qual seriam a arquitetura da casa e o modo como eles gostariam de se representar e contar a sua história no museu (Fundação Araporã 2012).

A temática indígena também foi tratada no painel referente à ferrovia, denominado “A ferrovia noroeste: trabalho e conflito”. Segue abaixo trecho retirado do painel:

Construído em 1912, o prédio da Estação Ferroviária de Lins marca o surgimento da cidade a partir da chegada da estrada de ferro na região. A imagem da estrada de ferro associada ao desenvolvimento e progresso, está muito distante das muitas tensões que a construção e manutenção da ferrovia acarretaram, seja envolvendo os trabalhadores, seja com os indígenas que viviam na região.

Os projetos da modernidade construíram a ideia de que o progresso e desenvolvimento, só ocorreriam a partir da eliminação de aspectos do país considerados “atrasados”.

Um mito da “ferocidade” dos indígenas foi utilizado para desencadear um massacre ostensivo contra a população kaingang, para possibilitar a construção da ferrovia e das atividades cafeeiras. (...) (Fundação Araporã 2012).

A exposição de longa duração foi pensada a partir de uma expografia temática, com os temas sendo selecionados no âmbito de um intenso mapeamento de anseios realizado no durante as ações de Educação Patrimonial e de oficinas participativas com os diferentes grupos parceiros. Os temas selecionados foram: Caminhos e paisagens, Alimentação, Trabalho no campo, Fazeres, Saberes, Lazer e Religiosidade. Os textos foram pensados de forma que as percepções dos diferentes grupos sobre as temáticas dialogassem intensamente nos painéis. Abaixo seguem alguns trechos onde a temática indígena foi apresentada:

Modulo alimentação – “Você tem fome de que?”:

Falar em alimentação é falar de um direito, de uma parte fundamental da nossa vida. É falar dos nossos gostos, herdados ou apreendidos com o tempo, da forma como preparamos esses alimentos e das diversas maneiras de comer e beber.

Alguns alimentos são comuns a diferentes grupos, como por exemplo a mandioca e o milho. Alimentos cultivados por muitos grupos indígenas tornaram-se fundamentais no nosso cardápio, sendo preparados de diversas formas. Mandioca cozida, frita, na manteiga, no churrasco, em bolinho, ralada para fazer farinha e até mesmo tapioca. Milho cozido, feito creme, na sopa ou como pipoca.(...)

Você sabia que existe o milho preto? Conheça aqui uma receita kaingang de creme de milho preto. (...) (Fundação Araporã 2012).

Modulo Terra e Trabalho:

Antes, Lins não existia. A terra pertencia aos grupos indígenas que aqui moravam, plantavam, coletavam, caçavam...Veio a colonização, os posseiros, grileiros e o massacre dos povos indígenas. Mas os novos donos da terra não eram os que cultivavam. Indígenas, negros e imigrantes faziam o serviço, trabalhando muito e ganhando nada ou quase nada por seu trabalho, muitos enganados por contratos injustos. (...) (Fundação Araporã 2012).

Saberes de toda gente:

(...) Existem muitos ensinamentos que aprendemos convivendo com outras pessoas, conversando, ouvindo os mais velhos, observando... verdadeiras lições que são passadas de uma pessoa para a outra no decorrer do tempo. Esses saberes estão relacionados aos fazeres, à religiosidade, ao lazer, à alimentação (...) Saber confeccionar um pote, escolher o barro certo, dar forma e acabamento (Fundação Araporã 2012).

Estes são apenas alguns trechos para ilustrar o discurso narrativo utilizado na exposição de longa duração do MHA de Lins.

Já a exposição de curta duração foi pensada em módulos independentes onde cada grupo parceiro pode se autorrepresentar no museu. Cada grupo escolheu os objetos, a temática e elaborou os textos dos painéis. A exposição foi denominada “Nós por nós mesmos”. O módulo indígena foi elaborado pelos professores indígenas da Escola Indígena Índia Maria Rosa. O título do módulo foi “Índio cuidando de índio: quem sabe a realidade do índio é o índio”, segue texto do painel principal:

A chegada do não-indígena significou a imposição de uma cultura aos indígenas donos daquela terra. A partir de 1970 começou haver uma maior mobilização das lideranças indígenas que passaram a lutar por uma escola indígena.

Após muita luta, na constituição de 1988, foram garantidos aos povos indígenas alguns direitos na parte da terra, cultura e educação. Contudo, muitos desses direitos ainda não são respeitados.

Na aldeia de Icatu, apenas em 2001 os professores indígenas assumiram a educação. A escola passou a revitalizar e a fortalecer as duas etnias que viviam ali: kaingang e teréns. Retomaram as danças, alimentação, histórias e, principalmente, a língua, além de preparar os alunos para viver na sociedade não-indígena. A escola diferenciada não impede a atuação no mundo não-indígena.

Os não-indígenas pensaram que os indígenas iriam se acabar. Cortaram as árvores, mas não suas raízes. Foi quando começou a brotar e, ainda hoje, há uma enorme diversidade de grupos indígenas (Fundação Araporã 2012).

Toda a proposta museológica do MHA de Lins buscou ressaltar novos discursos e narrativas, muitas vezes antagônicos à história oficial até então apresentada sobre a região. Os esforços foram voltados para mostrar a importância de cada grupo excluído na construção de sua história e da história de onde estão inseridos, em pensamento, palavras, ações e omissões (Carneiro da Cunha 2002:7).

Para tanto a interdisciplinaridade se fez essencial. Para Moutinho, esta deveria se tornar constante nas instituições museais que se compreendem como possibilitadoras de desenvolvimento local e que estão a serviço da sociedade, para que a comunidade possa se ver como agente transformadora. (in Tamanini 1998: 212/13). As diferentes disciplinas com a qual o museu dialogou, sendo estas a história, a arqueologia, a museologia e a Antropologia possibilitaram uma melhor compreensão do “outro” e de aspectos de seu cotidiano (Salamon 2006: 145), uma melhor compreensão do contexto de inserção da instituição, um olhar diferente frente ao passado e presente da região, a formação e manutenção das parcerias e a apropriação da instituição pela comunidade, em especial um laço mais forte com grupos em contextos de exclusão como é o caso das comunidades indígenas (Alfonso 2012).

As “memórias excluídas” como conceitua Bruno, combinam elementos de um corpo social perdido, por terem sido separadas do conjunto do qual faziam parte. Essas práticas deslocam costumes e não favorecem “uma linguagem própria que as simbolize ou congregue” (De Certeau in Salamon 2006: 148). Neste sentido, os povos indígenas continuavam sendo considerados os “outros distantes”, e o objetivo das exposições foi aproximá-los, trazê-los para um diálogo

go pautado na igualdade perante outros grupos. Essa alteridade entre os grupos, certamente, produziu diferentes conflitos que foram negociados e discutidos ao longo de todo o processo.

A representação de grupos excluídos em museus pode incentivar novas reflexões e favorecer transformações nas práticas institucionais, buscando “garantir a manutenção e justificativa da existência de suas memórias” (Cunha 2008:158). Cabe aos museus de hoje, alterarem suas práticas que por muito tempo contribuíram para os processos de exclusão social, em especial quanto a formação da nação brasileira e de sua identidade nacional e no fortalecimento de narrativas oficiais diversas, em sua maioria extremamente elitistas e excludentes. Nesse processo foram fortalecidos papéis de destaque e de subordinação, com grupos que constroem e outros que “atrapalham” (2008:159). A diversidade e a pluralidade passam a significar “riscos para imagens idealizadas e construídas, ameaçando poderes e lugares instituídos (2008:159).

Assim, a narrativa museológica proposta possibilitou uma melhor compreensão da complexidade da construção de identidades e histórias locais, que implicam a “diversidade e pluralidade, bem como na contradição, e mesmo oposição de referências, contextos, indivíduos e seus interesses” (Cunha 2008:159). Procurou-se que as narrativas dos pesquisadores fossem diluídas nas narrativas dos diferentes grupos, que inclusive tiveram a possibilidade da autorrepresentação. Para os indígenas, que por séculos têm sido representados nas instituições por não indígenas, a autorrepresentação foi um desafio e um interessante exercício, não apenas nas exposições, mais no pensar de ações educativas dentro e fora do museu, o pensar o papel das exposições na divulgação das culturas indígenas dentro e fora das aldeias, dentre outros aspectos.

A pluralidade e as temáticas abordadas nas exposições contribuíram para o questionamento das representações e a construção da história do município. Buscou-se diferentemente da perspectiva dos grupos indígenas como algo relacionado ao passado, trazer suas histórias, culturas e os desafios das comunidades hoje como vemos no texto da exposição de curta-duração sobre a importância da Educação Indígena e a inserção dos professores indígenas.

As comunidades kaingang e terena da T. I. Icatu, se autorrepresentaram na construção da casa, na escolha das temáticas trabalhadas em seu módulo, na elaboração dos textos e na seleção das fotos e objetos. Assim, buscou-se fazer um museu COM a comunidade e não PARA a comunidade (Rússio 1990:9).

Considerações Finais

Após a inauguração, o museu passou para a gestão municipal e a proposta desenvolvida até então, foi finalizada com a entrega do Plano Museológico em dezembro de 2012. O enfoque na participação social de grupos que antes eram representados enquanto símbolos de um passado desvinculado à identidade linsense, a partir de diferentes instituições mostrou-se fundamental para que novas narrativas fossem apresentadas em especial para o “outro” - não indígena.

A dificuldade com o encerramento da parceria com o MHA de Lins iniciou-se devido à troca de gestão municipal que provocou a descontinuidade das ações. O encerramento da exposição de curta-duração com a inserção de

uma exposição fotográfica de um município do Peru, não foi tranquila. A gestão do museu sequer dialogou com a escola indígena da prorrogação e do encerramento da exposição de curta duração. Hoje, após três anos de gestão, a loja do museu, uma das parcerias para a venda de artesanato da terra indígena com o museu, foi fechada e a cooperação com os artesãos desfeita.

Infelizmente a falta de qualificação da atual gestão do MHA e seu afastamento dos pesquisadores tem influenciado de forma negativa a relação, até então estabelecida, com os diferentes grupos envolvidos nas ações educativas, em especial com a terra indígena de Icatu. Um questionamento que permeou nosso compromisso enquanto pesquisadoras era: com nosso afastamento do MHA de Lins, como poderíamos manter nosso engajamento em contribuir com questões de interesse daquela região e de Icatu? Com a entrega do plano, tivemos uma dificuldade frente ao financiamento para a continuidade dos projetos com a escola indígena, pois para a prefeitura municipal, uma vez concluída a construção do museu, não era mais necessário investir em novos projetos e dar continuidade ao processo participativo construído ao longo de quatro anos.

Dessa maneira, buscamos uma parceria com outro museu da região procurando favorecer a aproximação da escola indígena de outra instituição museal, que possibilitaria a continuidade de projetos e o fortalecimento do vínculo terra indígena – museu. Uma vez que atividades e propostas de participação com a terra indígena Índia Vanuíre estavam sendo desenvolvidas sob coordenação da prof. Marília Xavier Cury, a partir do Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, entendemos que esta seria a melhor forma de continuar com as atividades que iniciamos.

A partir disso, articulamos a parceria por meio do projeto de exposição itinerante “Dois Povos, Uma luta” desenvolvido junto com a Escola Indígena. Tratava-se de uma demanda da escola indígena que tinha interesse de divulgar para o não indígena a “realidade”⁴ de como é viver na terra indígena, as culturas que coexistem ali, as tradições e as pessoas.

Dessa maneira é importante destacar que, no dia da inauguração da exposição “Dois Povos, uma luta”, na terra indígena de Icatu com a presença de grande parte da comunidade, da secretaria de Educação do Município, da equipe do MHP Índia Vanuíre, em agosto de 2013, um dos professores, liderança Terena da escola, no seu discurso, relatou a resistência de algumas famílias de participar do projeto. Uma das senhoras com quem ele conversou, relatou a ele que não queria participar porque não queria acabar o museu, ser coisa antiga, virar passado. E a resposta do professor à senhora foi o que ele entendia por museu. Assim ele disse que passou a conhecer o que era museu a partir da primeira reunião realizada para o Museu Histórico e Arqueológico de Lins. Para o professor, o museu é vida, um local de comunicação, de se fazer conhecer para o não indígena. Trata-se de um espaço de fortalecimento junto a outros grupos indígenas e inclusive na própria terra indígena.

Os museus com os quais este professor se refere, proporcionaram ainda o diálogo entre gerações, a partir dos projetos de pesquisa da escola, que se tornaram narrativas nas exposições. O museu foi o lugar que se divulgou, inclusive a importância da educação diferenciada, não compreendida por muitos e vista com preconceitos por outros.

4 Como categoria êmica utilizada pelos professores

Atualmente, a necessidade de participação social nos museus, a partir das diferentes comunidades que dialogam com a instituição cultural parece um princípio básico e inquestionável e que tem acompanhado os debates teóricos na Museologia. As análises relacionadas aos diferentes interesses econômicos, políticos e de legitimação cultural e simbólica de grupos nesses espaços, como forma de luta pela representação tem sido fundamental. É nesta luta devemos nos articular e participar junto enquanto pesquisadores.

Referências bibliográficas

ALFONSO, L. *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social*. Tese de Doutorado em Arqueologia apresentada Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

ANICO, M. *A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade*. Horizonte antropológicos, Porto Alegre, 2005, v. 11, n. 23

Câmara de Lins. 2014. Breve Histórico.

Disponível em <http://www.camaralins.sp.gov.br/cidade/breve-historico>. Acesso dia 05/10/2014

CUNHA, M. Carneiro da. *Apresentação*. Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. Bruce Albert e Alcida Rita Ramos (orgs) São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. *Museus, Exposições e Identidades: os desafios do tratamento museológico do patrimônio afro-brasileiro*. In: Bruno, C. O; Fonseca, A. M. da; Neves, K.R.F. (Org.) *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST, 2013, Vol. 6, n. 1.

FUNDAÇÃO ARAPORÃ. *Relatório Final da Exposição Arqueológica Kiju Sakai*. Entregue para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentado da Prefeitura Municipal de Lins, 2008.

_____. *Relatório das ações educativas*. Entregue para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentado da Prefeitura Municipal de Lins, 2011.

_____. *Projeto Plano Museológico*. Entregue à Secretaria de Desenvolvimento Sustentado da Prefeitura Municipal de Lins, 2012.

MISAN, S. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do museu Paulista*. São Paulo, 2008, Vol. 16, n. 2, Dec.

MOUTINHO, M. Definição evolutiva de Sociomuseologia. *XIII Atelier Internacional do MINOM*, Setembro. Lisboa: Lisboa Setúbal, 2007.

RODRIGUES, R. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí*, Tese de Doutorado, USP, 2007.

RÚSSIO, W. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. Cadernos Museológicos, nº 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

SALAMON, R. Usos de la memoria: prácticas culturales y patrimonios mudos. *Cuicuilco Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia. Nueva Época*, 2006, v.13, n. 38, Septiembre-Diciembre.

TABIAN, Sueli. *História Oral de Lins: Sua Memória, Sua História*. Lins – SP, 2005.

TAMANINI, E. *Museu, Arqueologia e o público: um olhar necessário*. In: Funari, Pedro Paulo A. (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas (SP): UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

VARINE-BOHAN, H. *O tempo social*. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1995.

WICHERS, C. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese de Doutorado em Arqueologia apresentada Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

Artigo recebido em abril 2015. Aprovado em maio 2015